



16
L
193

01

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

Sétima Câmara Cível

Agravo Regimental Nº: 0201.620-0/01 - Recife

Agravante (s): Instituto de Recursos Humanos - IRH-PE e

SASSEPE - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco.

Agravado (s): Argemiro de Melo Silva

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

5532

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. TRATAMENTO DE SAÚDE. CIRURGIA. ANGIOPLASTIA COM IMPLANTAÇÃO DE STENT FARMACOLÓGICO. CUSTEIO. SASSEPE. ENFERMIDADE GRAVE E DEBILITANTE. RISCO DE VIDA. HIGIEZ DAS FINANÇAS DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. CONFLITO DE INTERESSES. PREVALÊNCIA DO DIREITO À VIDA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento cirúrgico - angioplastia com balão e implante de *stent* farmacológico - de servidor público credenciado do SASSEPE que, por ser portador de enfermidade grave e debilitante - cardiopatia grave -, mesmo após ter sido submetido a cateterismo para implante de *stent* convencional (pelo SASSEPE), vem apresentando fortes dores no coração, razão pela qual, após avaliação pelo médico que o acompanha, foi-lhe indicada a submissão à referida cirurgia, hábil a proporcionar-lhe o restabelecimento de sua saúde (fls. 42/47 dos autos em apenso).
2. Verifica-se o risco de lesão irreparável ou de difícil reparação a justificar a concessão da antecipação de tutela Vergastada. No que concerne à relevância da fundamentação dos argumentos aduzidos pelo ora agravado quando da interposição da ação originária, é de se ressaltar que a mesma igualmente se afigura presente, tendo em vista a natureza do interesse em litígio, inerente à manutenção da saúde, a qual tem sede constitucional e configura-se como dever assistencial do Poder Público, através dos seus órgãos de execução, e direito dos cidadãos, sobretudo se carentes de recursos financeiros.
3. A despeito da necessidade do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco possuir a liberdade de excluir do âmbito da cobertura dos serviços por ela ofertados algumas espécies de despesas, tendo em vista a necessidade das mesmas primarem pela higidez de suas finanças, faz-se mister verificarmos que na hipótese dos autos, em confronto com os interesses econômicos da agravante, estão interesses superiores do agravado, quais sejam, seu direito à saúde e à vida.
4. O agravado é servidor público estadual, beneficiário (fl. 36 dos autos em apenso) do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, para o qual contribui mediante descontos em folha de pagamento (fls. 39/40 dos autos em apenso), sendo, ademais, carente de recursos financeiros para arcar com os custos da cirurgia, razão pela qual afiguram-se presentes todos os requisitos necessários à formação do juízo de convencimento do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

Magistrado de 1º Grau, inexistindo, pois, plausibilidade no pleito suspensivo ora sob apreciação.

5. A unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

01

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0201.620-0/01, da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, Instituto de Recursos Humanos - IRH-PE e, como agravado, Argemiro de Melo Silva, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao Agravo Regimental em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Sétima Câmara Cível

Agravo Regimental Nº: 0201.620-0/01 - Recife

Agravante (s): Instituto de Recursos Humanos - IRH-PE e

SASSEPE - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco.

Agravado (s): Argemiro de Melo Silva

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO:

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo Instituto de Recursos Humanos - IRH-PE e outro em face de Argemiro de Melo Silva, impugnando decisão interlocutória proferida pela Relatoria substituta nos autos do Agravo de Instrumento nº 0201.620-0, em apenso.

Agravo tempestivamente interposto.

A decisão questionada (fls. 94/98 dos autos em apenso), indeferiu o efeito suspensivo pleiteado.

O agravo de instrumento em apenso foi interposto pelo Instituto de Recursos Humanos - IRH-PE com o fito de rechaçar decisão interlocutória (fls. 82/83 dos autos em apenso) da lavra do MM. Juiz da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dr. Paulo Onofre de Araújo, proferida no bojo da Ação de Cumprimento de Obrigação Contratual cumulada com Perdas e Danos, tombada sob o nº 001.2009.131269-9, que deferiu liminar, determinando ao agravante que, às suas expensas, submetesse o autor, ora recorrido, a procedimento de angioplastia com balão e implante de *stent*, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Reiterando as razões esposadas quando da interposição do agravo de instrumento, assevera, em síntese:

1) Que, para os credenciados do SASSEPE, a lei determina a obrigatoriedade de perícia por médico auditor, bem como de solicitação do tratamento por médico pertencente ao corpo clínico do Hospital dos Servidores do Estado ou da rede credenciada;

2) Que a cobertura permitida para os programas de assistência à saúde do SASSEPE será aquela constante do rol de procedimentos definidos em resolução do CONDASPE - Conselho Deliberativo do SASSEPE e o tratamento pleiteado pelo autor/agravado não está elencada em referido rol;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

3) Que o SASSEPE constitui-se em fundo com recursos limitados, que exerce função distinta do SUS, este sim de acesso universal e igualitário, razão pela qual, sustenta, atender ao pedido autor/recorrido implicaria deferimento privilegiado, em ultraje ao direito dos demais credenciados;

4) Que não é justo imputar ao SASSEPE despesas com tratamento por ele não coberto, em evidente prejuízo ao equilíbrio econômico e financeiro do sistema e em detrimento dos milhares de usuários que necessitam daqueles recursos para custeio de seus tratamentos legalmente amparados;

Pugna pela retratação da decisão impugnada e, acaso esta Relatoria assim não entenda, submeta o presente processo a julgamento perante a competente Câmara, para que o mesmo seja provido e reformado o *decisum* recorrido.

É o que de relevante se tem a relatar.

VOTO:

A decisão agravada foi acostada às fls. 94/98 dos autos em apenso.

Mantenho a mesma persuasão que serviu de esteio ao Relator substituto ao proferir a decisão ora vergastada, ante as argumentações a seguir expendidas.

Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento cirúrgico - angioplastia com balão e implante de *stent* farmacológico - de servidor público credenciado do SASSEPE que, por ser portador de enfermidade grave e debilitante - cardiopatia grave -, mesmo após ter sido submetido a cateterismo para implante de *stent* convencional (pelo SASSEPE), vem apresentando fortes dores no coração, razão pela qual, após avaliação pelo médico que o acompanha, foi-lhe indicada a submissão à referida cirurgia, hábil a proporcionar-lhe o restabelecimento de sua saúde (fls. 42/47 dos autos em apenso).

Cumprе notar, ademais, que a indicação da cirurgia em apreço foi feita por médico credenciado ao SASSEPE, consoante atestam os documentos acostados às fls. 49, 50, 53 e 54 dos autos em apenso.

Verifica-se, pois, o risco de lesão irreparável ou de difícil reparação a justificar a concessão da antecipação de tutela ora vergastada.

No que concerne à relevância da fundamentação dos argumentos



20
✓
197

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

aduzidos pelo ora agravado quando da interposição da ação originária, é de se ressaltar que a mesma igualmente se afigura presente, tendo em vista a natureza do interesse em litígio, inerente à manutenção da saúde, a qual tem sede constitucional e configura-se como dever assistencial do Poder Público, através dos seus órgãos de execução, e direito dos cidadãos, sobretudo se carentes de recursos financeiros. 01

Note-se que, a despeito da necessidade do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco possuir a liberdade de excluir do âmbito da cobertura dos serviços por ela ofertados algumas espécies de despesas, tendo em vista a necessidade das mesmas primarem pela higidez de suas finanças, faz-se mister verificarmos que na hipótese dos autos, em confronto com os interesses econômicos da agravante, estão interesses superiores do agravado, quais sejam, seu direito à saúde e à vida.

Nesse sentido, leia-se os entendimentos jurisprudenciais infratranscritos:

"EMENTA: ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SASSEPE. COBERTURA. AMPLITUDE. TRATAMENTO DE SAÚDE. NEGATIVA DE CUSTEIO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS DE IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO DE FORMA UNÂNIME. INTERLOCUTÓRIA MANTIDA. 1. O Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - SASSEPE - não deve negar-se a custear necessário tratamento de saúde com base em argumentos genéricos de falta de possibilidade financeira. 2. A determinação de custeio de tratamento de saúde de servidor público que aderiu ao SASSEPE, pagando as prestações correspondentes ao referido plano, não constitui ingerência indevida do Poder Judiciário. 3. Agravo regimental a que se nega provimento de forma unânime para manter a interlocutória mantida."
(Agravo Regimental 181469-9/01. Recife. Número de Origem 01814699. Relator Fernando Cerqueira. 7ª Câmara Cível. Data de Julgamento 10/3/2009 09:00:00. Publicação 55)

"Ementa: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO LEGAL. ATENDIMENTO EM HOSPITAL PARTICULAR NÃO CONVENIADO. URGÊNCIA. FALTA DE LEITO EM HOSPITAL CREDENCIADO. SASSEPE. DEVER DE ASSISTÊNCIA A SEGURADOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Tendo o Sassepe assumido o dever de proteção à saúde das pessoas conveniadas, não pode se escusar de tal responsabilidade. 2. Não consta nos autos resposta em tempo hábil tomando as medidas pertinentes à assistência cabível ao caso. Apenas em anexo uma auditoria médica, de 13/04/2005, que registrou tratamento dispensado ao paciente e constatou que, quando o avaliado chegou ao hospital, encontrava-se em situação de



27
198

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

risco de morte. 3. Não há afronta ao princípio constitucional da separação dos Poderes, quando a intromissão do Poder Judiciário na Administração Pública tenha como escopo sanar violação do ordenamento através de atos administrativo. 4. Recurso conhecido e não provido - À Unanimidade."

(Recurso de Agravo 149663-7/01. Recife. Relator João Bosco Gouveia De Melo. 7ª Câmara Cível. Data de Julgamento 2/12/2008 14:00:00. Publicação 231)

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. FORNECIMENTO DE GUIAS DE AUTORIZAÇÃO DE INTERVENÇÃO CIRÚRGICA EM CLÍNICA CONVENIADA PELO SASSEPE. SUPREMACIA DO BEM DA VIDA. DEVER DO ESTADO. NÃO CONHECIMENTO DA QUESTÃO RELATIVA AO CURSO DA AÇÃO ORIGINÁRIA. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO AGRAVADA RATIFICADA EM TODOS OS SEUS TERMOS. DECISÃO UNÂNIME. 1- O direito à vida é assegurado ao cidadão pela Carta Política vigente, cabendo ao Estado o dever de prestá-lo através dos seus diversos órgãos de execução. 2- Na tutela do direito à vida e à saúde, resta como devido o fornecimento ao agravado de guias de autorização para realização de intervenção cirúrgica renal, em unidade hospitalar conveniada com SASSEPE, não se configurando a determinação judicial que tutela esse direito, como intromissão do Poder Judiciário nas causas do Poder Executivo. 3- A questão processual relativa ao curso da ação originária, deve ser nela formulada, não cabendo a sua suscitação e o seu conhecimento na estreita via do presente inconformismo. 4- Agravo Regimental improvido, sendo conformados todos os termos da decisão agravada. 5- Decisão unânime."

(Agravo Regimental Nº: 125100-3/01. Recife. Relator: Fernando Cerqueira. Sétima Câmara Cível. Data Julgamento: 14-10-2005 14:00:00. Publicação: Nº DJ: 203 Data da Publicação: 26-10-2005)

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. SERVIDORA PÚBLICA. CONTRIBUINTE SASSEPE. SERVIÇOS MÉDICOS. MANUTENÇÃO DA SAÚDE. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DENEGAÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. AGRAVO REGIMENTAL. 1. Contribuindo a servidora pública, regularmente, com as parcelas devidas ao SASSEPE, configurada, na hipótese dos autos, a necessidade da agravada submeter-se a tratamento cirúrgico para fins de manutenção e restabelecimento da saúde, faz-se mister a cobertura, pelo citado plano, do procedimento pugnado em sede de Mandado de Segurança. 2. Ante a ausência do fumus boni iuris e o periculum in mora a fundamentar o requerimento da agravante, impõe-se a manutenção da decisão ora agravada ao denegar a concessão do efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento. 3. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente agravo regimental."

(Agravo Regimental Nº: 111781-9/0. Recife. Relator: José Alexandre de Vasconcelos Aquino. Órgão Julgador: Sexta Câmara Cível. Data



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

Julgamento: 16/02/2005 14:00:00. Publicação: Nº DJ: 71 Data da
Publicação: 16/04/2005)

01

Outrossim, o agravado é servidor público estadual, beneficiário (fl. 36 dos autos em apenso) do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, para o qual contribui mediante descontos em folha de pagamento (fls. 39/40 dos autos em apenso), sendo, ademais, carente de recursos financeiros para arcar com os custos da cirurgia, razão pela qual afiguram-se presentes todos os requisitos necessários à formação do juízo de convencimento do Magistrado de 1º Grau, inexistindo, pois, plausibilidade no pleito suspensivo ora sob apreciação.

Assim, não tendo as argumentações do agravante infirmado os fundamentos da decisão vergastada, voto pelo não provimento do presente agravo regimental.

Recife, 07 de fevereiro de 2010.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator